



SEGURANÇA SOCIAL  
CONSELHO DIRETIVO  
AV. 5 DE OUTUBRO 175  
1069-451 LISBOA



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, na sua versão atualizada.

Código Penal

Data - -

## AVISO

### ENCERRAMENTO ADMINISTRATIVO DE UM ESTABELECIMENTO DE APOIO SOCIAL SEM DENOMINAÇÃO SITO NA RUA DR. JOAQUIM MANSO, N.º 157, AREIAS, 2765-535 ESTORIL

O Instituto da Segurança Social ordenou o encerramento administrativo imediato de um estabelecimento de apoio social sem denominação, com as seguintes características:

- exerce a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos);
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a propriedade de Teresa Raquel Reis Martins da Graça Marques Freire;
- está instalado em Rua Dr. Joaquim Manso, n.º 157, Areias, 2765-535 Estoril.

Artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007

#### Porque ordenamos o encerramento do estabelecimento

O Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento, através da Deliberação n.º 35/2021, de 2021-02-17, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

Artigos 35.º e 36.º, do Decreto-Lei n.º 64/2007

#### Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, a entidade responsável será sujeita a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

Alinea b) do artigo 348.º do Código Penal

#### Local e prazo de afixação do aviso

Este aviso deve estar afixado durante 30 dias na entrada principal do estabelecimento.

N.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 64/2007

#### Consequência da não afixação do aviso

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Artigos 347.º e 357.º do Código Penal

Rui Fiolhais

  
Presidente